

## **ANALFABETISMO EM PESSOAS COM DEFICIÊNCIA E CENSO IBGE 2022:**

### **Análise comparativa por Estados e com o IDH.**

**Paulo Henrique da Fonseca**

*paulo.henriques@professor.ufcg.edu.br*

**Rian Gomes do Nascimento**

*rian.gomes@estudante.ufcg.edu.br*

**Vitoria Fernandes Pires**

*vitoria.pires@estudante.ufcg.edu.br*

**Palavras-chave:** Pessoas com deficiência. Analfabetismo. Índice de Desenvolvimento Humano. Estados brasileiros.

## **1. INTRODUÇÃO**

A inclusão escolar das pessoas com deficiências pela gestão adequada de políticas públicas educacionais está correlacionada com o Eixo 2: Gestão Organizacional neste III ENGEC. Evidentemente, a inclusão escolar de PcD significa um avanço para essa faixa da população. A Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência ou Estatuto da Pessoa com Deficiência Lei 13.146/2015 é um marco na cidadania e na inclusão social dessas pessoas conforme seu artigo 27.

Para Mantoan (2018) a educação inclusiva é aquela que acolhe todas as pessoas, sem nenhuma distinção. É para qualquer pessoa com deficiência, seja física ou que tenha comprometimento mental, superdotados, minorias e para criança que é discriminada por qualquer outro motivo.

A Constituição Federal do Brasil de 1988 assegura em seu artigo 6º a Educação Escolar constitui-se um direito social básico fundamental e visto como um direito coletivo por

intermédio das ações afirmativas do Estado brasileiro. As pessoas com deficiências não poderiam ficar fora da fruição desses direitos. A gestão educacional se incumbe do dever de efetivar o que manda a Constituição e as estatísticas indicam o quadro real das necessidades.

Assim, o presente trabalho é baseado na análise de dados do Censo do IBGE de 2022 em relação ao analfabetismo das pessoas com deficiência com 15 anos de idade ou mais entre as Unidades Federativas (UF), combinando com dados recentes do índice de desenvolvimento humano (IDH) de 2023. Fornecendo assim, informações decisivas e descritivas para subsidiar políticas públicas educacionais de PcD.

### **1.1. Pergunta Problema e Objetivos**

Como os dados do Censo do IBGE referentes ao analfabetismo de pessoas com deficiência no Brasil desafiam a criação de políticas públicas educacionais e os índices de desenvolvimento humano? A inclusão escolar das pessoas com deficiências por gestão adequada a políticas públicas educacionais se concretiza em instituições e estruturas escolares adequadas. Onde estão elas e qual seu impacto nos dados levantados pelo Censo 2022 do IBGE? Da comparação entre as Unidades Federativas com os melhores e piores números, se levantará um ponto de partida da discussão sobre práticas exitosas de gestão educacional.

### **1.2 Justificativa**

As justificativas da pesquisa surgem com relevância em virtude da necessidade de análise de correlação entre IDH e taxa de analfabetismo das pessoas com deficiência com 15 anos de idade ou mais entre as Unidades Federativas (UF). Visto que, essa análise desafia o desenvolvimento de políticas públicas para assegurar um direito fundamental à Educação, assegurado pela Constituição Federal e a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência.

## **2. METODOLOGIA**

O método de pesquisa exploratória para busca e análise de dados disponíveis e mineração de dados no Censo 2022 do IBGE. Da análise do índice de desenvolvimento humano (IDH) de cada Estado da federação se observará a correlação com os índices de alfabetização dos cidadãos e na educação de pessoas com deficiência.

Primeiro se mostrarão as correlações positivas com mais alto IDH e baixo analfabetismo na população com 15 anos ou mais de pessoas com deficiência, tomando por base os 10 melhores IDH. Em segundo, os Estados com menor taxa de analfabetismo mas com baixo IDH. Em terceiro os Estados com melhor IDH e menor taxa de analfabetismo, e por fim, as situações em que IDH e taxas de analfabetismo são igualmente baixas.

Se observarão as maiores diferenças de graduação entre os índices de IDH e taxa de analfabetismo, quando se aproximarem de 10 posições.

### **3. RESULTADOS E DISCUSSÃO**

Em trabalho no II ENGEC, Fonseca e Nogueira (2022) correlacionam o IDH dos 27 Estados brasileiros com os totais de acesso ao Portal do Consumidor. As comparações de índices estatísticos em ambos os trabalhos tentam enfrentar uma problemática a partir de uma análise específica, os trabalhos explicam inicialmente certas correlações entre fenômenos e aplicações sociais, dentre esses fenômenos as correlações foram distribuídas em 4 cenários.

Ignácio (2010) relata a importância das estatísticas para o processo do conhecimento, para ele a estatística na atualidade tem contribuído de forma significativa para o processo de tomada de decisão, ainda assim expõe a importância do IBGE que segue oferecendo uma visão completa e atual do país, através do desempenho de suas principais funções.

#### **3.1 Coleta e análise dos dados**

Nota-se que padrões de desenvolvimento como o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) são importantes para refletir se o crescimento econômico pode influenciar na qualidade de alfabetização dos cidadãos e posteriormente na educação de pessoas com deficiência.

Após o levantamento de dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNADC) e divulgados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) em 2023, buscou-se o percentual para a comparação entre as Unidades Federativas com os melhores e piores números em relação a taxa de analfabetismo das pessoas de 15 anos ou mais de idade com deficiência, bem como correlacionar esses dados com o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) de 2023. A seguir, a representação dos dados coletados.

Porcentagem da taxa de analfabetismo das pessoas de 15 anos ou mais de idade com deficiência			Índice de Desenvolvimento Humano (IDH)		
Tabela -					
Ordem	(UF)	% de analfabetismo	Ordem	(UF)	Índice
1º	Distrito Federal	8,0%	1º	Distrito Federal	0,85
2º	Rio de Janeiro	10,1%	2º	São Paulo	0,826
3º	Santa Catarina	10,1%	3º	Santa Catarina	0,808
4º	São Paulo	10,5%	4º	Rio de Janeiro	0,796
5º	Rio Grande do Sul	10,7%	5º	Paraná	0,792
6º	Mato Grosso do Sul	13,8%	6º	Minas Gerais	0,787
7º	Paraná	16,2%	7º	Rio Grande do Sul	0,787
8º	Rondônia	16,3%	8º	Mato Grosso	0,774
9º	Amapá	16,7%	9º	Espírito Santo	0,772
10º	Mato Grosso	16,8%	10º	Goiás	0,769
11º	Roraima	18,2%	11º	Mato Grosso do Sul	0,766
12º	Goiás	18,4%	12º	Roraima	0,752
13º	Minas Gerais	19,0%	13º	Tocantins	0,743
14º	Espírito Santo	19,2%	14º	Amapá	0,74
15º	Pará	21,5%	15º	Ceará	0,735
16º	Amazonas	21,6%	16º	Amazonas	0,733
17º	Acre	25,5%	17º	Rio Grande do Norte	0,731
18º	Tocantins	26,7%	18º	Pernambuco	0,727
19º	Pernambuco	28,4%	19º	Rondônia	0,725
20º	Bahia	29,4%	20º	Paraíba	0,722
21º	Rio Grande do Norte	29,9%	21º	Acre	0,719
22º	Sergipe	30,3%	22º	Bahia	0,714
23º	Maranhão	31,4%	23º	Sergipe	0,702
24º	Ceará	32,3%	24º	Pará	0,698
25º	Paraíba	32,6%	25º	Piauí	0,697
26º	Piauí	37,3%	26º	Maranhão	0,687
27º	Alagoas	38,4%	27º	Alagoas	0,683

Elaborada pelos autores (2023)

De acordo com os dados coletados dos 10 primeiros estados brasileiros com melhor IDH, observa-se que o Distrito Federal e 6 estados São Paulo, Santa Catarina, Rio de Janeiro, Paraná e Rio de Grande do Sul e Mato Grosso se correlacionam com as 10 primeiras melhores taxas de analfabetismos de pessoas com 15 anos ou mais de idade e deficiência em 2022. Há uma correlação positiva e aparentemente direta entre IDH e menor taxa de analfabetismo.

Dos 10 primeiros melhores Estados na tabela com menor taxa de analfabetismo, mas com baixo IDH temos apenas Rondônia (RO) com 16,3% e IDH 0,725. Ainda sobre RO é notável que o estado possui uma diferença de 10 posições entre IDH e taxa de analfabetismo. Mesmo o Pará (PA) não encontrando-se entre os 10 primeiros melhores IDH e taxa de analfabetismo, apresentam diferença de 09 posições entre ambos os dados.

Entre os 10 primeiros Estados na tabela com melhor IDH e maior taxa de analfabetismo estão: Minas Gerais (MG) com 0,787 e Espírito Santo (ES) com 0,772. Por outro lado, ambos possuem respectivamente as seguintes taxas de analfabetismo: MG 19,0% e ES 19,2%. Observa-se que MG e ES possuem uma diferença de 7 posições entre IDH e taxa de analfabetismo, este se mantendo alto apesar do IDH mais alto desses estados.

Vale observar, que o Estado do Ceará (CE) não encontra-se entre os 10 primeiros melhores estados com melhor IDH e menor taxa de analfabetismo na tabela, mas seu IDH está posicionado de forma superior a taxa de analfabetismo (32,3%), além do mais, com uma diferença de 9 posições entre ambos os dados. Convém registrar que o IDEB (Índice de Desenvolvimento da Educação Básica) do Ceará é dos mais altos do Brasil: 6,3 em 2021.

Por fim, no caso de Alagoas (AL) é o estado brasileiro que revela a situação mais grave em relação ao IDH e taxa de analfabetismo, aqueles estados com essas taxas igualmente baixas são: Piauí (PI), Paraíba (PB), Bahia (BA), Maranhão (MA), Acre (AC) e Sergipe (SE).

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A disparidade entre os Estados devido às grandes desigualdades entre eles refletem-se bem no IDH de cada um, com exceções que devem ser estudadas com mais profundidade como estados MG, ES, CE, AL, PI, PB, BA, MA, AC e SE não estarem bem posicionados em índices de políticas públicas para PcD no processo de inclusão escolar, principalmente, os estados AL que revela déficit igualmente no IDH e taxa de alfabetização de pessoas com 15 anos ou mais de idade e o CE que por ventura faz-se indagar a causa que o leva a ter o IDEB igual 6,3 um dos mais alto do Brasil sendo que possui tamanho déficit na alfabetização dessa fatia da população.

A educação inclusiva desempenha papel importante no avanço da cidadania e inclusão social de PcD. Sendo assim, a pesquisa desempenhou grandes resultados que demonstraram a necessidade de investimento em políticas públicas em quesito a alfabetização PcD em alguns estados e que expressamente violam, o direito à educação, assegurado pela Constituição Federal e pela Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência.

## REFERÊNCIAS

FONSECA, Paulo Henrique da; BARROS, Ivo Emanuel Dias; BARROS, Lucas de Melo. A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PÚBLICOS REMOTOS: a concretização do princípio da eficiência no caso da plataforma consumidor.gov.br. **Anais do II ENGECEC**, p. 315-320, Brasil, 2022. Disponível em: <https://www.even3.com.br/anais/iiengcec2022/>. Acesso em: 30 de jul. 2023.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Taxa de analfabetismo das pessoas de 15 anos ou mais de idade, por grupo de idade e existência de deficiência**. Brasil, 2023. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/Tabela/9321>. Acesso em: 18 de jul. 2023.

IGNÁCIO, Sérgio. **Importância da Estatística para o processo de conhecimento e tomada de decisão**. Revista Paranaense de desenvolvimento, p. 175-192, Curitiba, 2010.

INCLUSIVE. **Inclusão é o privilégio de conviver com as diferenças**. Brasil, 2008. Disponível em: <https://www.inclusive.org.br/arquivos/50>. Acesso em: 30 de jul. 2023.

INEP - **Dados do IDEB**. Brasil, 2022. Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/areas-de-atuacao/pesquisas-estatisticas-e-indicadores/ideb/resultados>. Acesso em: 18 de jul. de 2023.

MIRANDA, Felipe. **Os estados brasileiros com os maiores IDHs em 2023**. Brasil, 2023. Disponível em: <https://sociologica.com.br/estados-brasileiros-com-os-maiores-idh/>. Acesso em: 18 de jul. 2023.